

NOTAS PRELIMINARES DE UMA HISTÓRIA COMPARADA BRASIL E CUBA: A
ESCRITA DIDÁTICA DA HISTÓRIA EM QUESTÃO

ANA LUIZA ARAÚJO PORTO*

A redemocratização da sociedade brasileira em meados da década de 1980 tornou candente um projeto educacional que contemplasse uma educação de massas postergada desde a proclamação da República. Como se sabe, a História da Educação brasileira foi construída tendo priorizado um ensino de qualidade voltado às elites. O advento da República trouxe a promessa de um país mais inclusivo que do ponto de vista educacional ficou por ser atendida somente quando da redemocratização do país na década de 1980.

A construção de tal aparato pedagógico se fazia necessária a partir de toda uma reformulação curricular e, sobretudo, da construção de uma Lei Nacional da Educação que passasse em revista a Lei 5.692/71, que deu as diretrizes e marcou profundamente a Educação Brasileira quando da vigência da Ditadura Militar. Tal contexto acabou por fomentar a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, promulgada sob o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Os ventos soprados com a redemocratização ensejaram inúmeras tentativas de construção curricular para a Escola Básica que contemplassem o novo momento vivido pelo Brasil e os novos desafios postos à Escola. Ao longo das últimas duas décadas foram promulgadas no Brasil uma série de leis, decretos, resoluções, parâmetros e diretrizes que tinham como objetivo fomentar melhorias e reformas curriculares que tirassem o país das últimas posições nos rankings internacionais em matéria de Educação.

Se o panorama educacional era sombrio, em se tratando do Ensino Médio a situação se colocava como mais grave, visto que esta modalidade de ensino guarda em sua tradição histórica a marca da dualidade de servir como fase de passagem para o ensino superior, demarcando seu caráter propedêutico, ou como espaço de formação profissional para os filhos da classe trabalhadora, demarcando seu caráter profissionalizante, não tendo sido ainda consolidado como espaço de formação integral que também prepara para o mundo do trabalho, ou seja, o ideal de formação grego, a famosa Paidéia grega.

Mesmo diante de tal limitação histórica a consolidação do conceito de Educação Básica como direito fundamental presente na Constituição Brasileira de 1988 e que engloba a Educação Infantil, o Ensino Fundamental obrigatório de nove anos e o Ensino Médio,

* É professora de História do Instituto Federal de Alagoas e Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe.



colocando o Ensino Médio como fase final e indispensável da Educação Básica traz um avanço na luta pela superação da dicotomia histórica presente neste último.

É neste contexto de reestruturação da escolarização básica brasileira, em função da necessidade de implantação de um projeto democrático de país que entram em cena as políticas públicas que têm como objetivo dar suporte e melhorar a qualidade da educação pública ofertada, entre as quais podemos citar: o Programa de Alimentação Escolar; o Programa de Transporte Escolar, o Programa Biblioteca na Escola e o Programa Nacional do Livro Didático¹.

Vale salientar que este processo de redemocratização política e redefinição do papel do Estado no Brasil têm suas nuances e complexidades, com destaque para a implantação do ideário neoliberal na condução das políticas públicas nos anos de 1990, o que acabou por imprimir a marca do “Estado Mínimo” naquilo que seria definido como prioridade no campo educativo nos últimos vinte e cinco anos. A superação do ideário neoliberal no Brasil ainda é um dos grandes desafios para a construção de um projeto educacional de fato democrático.

No presente texto ora em questão que representa os passos preliminares de nossa pesquisa de doutorado em Educação realizado na Universidade Federal de Sergipe, nos interessa especificamente a política pública que trata do principal material didático presente nas escolas públicas brasileiras, mais conhecido entre nós como livro didático, material de trabalho de alunos e professores, que em se tratando particularmente da disciplina História vinha desempenhando durante a última ditadura militar um papel bastante controverso e polêmico.

O livro didático no Brasil é umas das principais políticas públicas do governo federal no campo educacional e tem trilhado um percurso impulsionado pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que tem como marco inicial o ano de 1985, quando o Estado brasileiro deixou de ser coeditor de livros didáticos e passou a ser comprador do mais importante material didático e certamente o único em muitas escolas Brasil afora.

O Programa Nacional do Livro Didático é um programa que tem como função balizar e avaliar a qualidade dos livros didáticos que serão utilizados pelas escolas públicas no Brasil. Com a redemocratização política e a redefinição do papel do Estado no tocante à oferta e gerência dos serviços públicos, o Brasil fez a opção por deixar a cargo do mercado editorial

¹ Para termos uma ideia do peso deste programa frente ao mercado editorial, segundo os dados estatísticos da página do FNDE, somente em 2014 foram distribuídos para as escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio mais de 137 milhões de livros didáticos num investimento que soma mais de um bilhão e duzentos milhões de reais.



privado a incumbência de produção dos materiais didáticos a serem utilizados pelas escolas públicas, mas com a ressalva de terem que seguir prescrições estatais no tocante a elaboração dos livros e passarem por avaliação a partir de critérios estabelecidos pelo Estado.

Em se tratando dos livros didáticos de História a situação é mais complexa, pois durante a última ditadura militar vivenciada pelo Brasil os livros de História eram acusados pelos críticos ao regime militar de serem meros transmissores da ideologia do estado ditatorial, servindo como material de reprodução dos valores ligados a Lei de Segurança Nacional.

Nesse sentido fez-se a opção de, estando o país num processo de redefinição das relações políticas, que os livros apresentassem a narrativa histórica escolar a partir de uma pluralidade de concepções teóricas acerca do que se define como História e seus pressupostos para a cultura escolar, claro que dentro de certas normas prescritas pelo Estado e também em consonância com a legislação que rege o país e que foi sendo paulatinamente construída, indo desde a Constituição Federal de 1988, passando pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), até as leis que regulamentam a LDBEN, como a Lei 10.639/03 e a Lei 11.645/08, que tratam respectivamente da História e Cultura Africana e Afro-brasileira e da História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena.

Apesar de o livro didático estar vinculado de modo claro no passado a projetos antidemocráticos de país, a pesquisa mais atualizada sobre o livro didático de História tem seguido um percurso que já superou a ideia de que o livro didático é mero transmissor de ideologia, superou também aquilo que foi denominado por Margarida Maria Dias de Oliveira (2003) como “Historiografia da falta”, em que os livros eram avaliados por aquilo que a comunidade de pesquisadores entendia que faltava quando da elaboração dos mesmos, pela ausência de certos temas, pelos erros cometidos na elaboração, ao invés de serem avaliados pelo que efetivamente apresentavam e pelas possibilidades de trabalho que eles suscitavam.

A autora reconhece a importância das pesquisas sobre livro didático dos anos de 1970 e 1980, no entanto ela nos aponta novos horizontes que precisam ser desbravados se de fato temos como objetivo conhecer melhor este importante objeto da indústria cultural.

A tônica das pesquisas atuais procura focalizar na ideia de que o livro didático é um produto da indústria cultural e que exerce uma relação complexa num universo de múltiplos sujeitos, entre os quais, podemos citar: autores, editores, indústria, professores e estudantes. É por toda essa complexidade que todo debate público sobre o mesmo é sempre muito



acalorado, vide as frequentes polêmicas amplificadas pela mídia em torno de denúncias de erros conceituais graves e de informação presentes nos livros que passaram por avaliação governamental e são distribuídos para as escolas públicas mediante escolha feita pelas próprias escolas.

Um levantamento feito por Flávia Eloisa Caimi (2013) acerca das teses e dissertações sobre livros didáticos de História realizadas em programas de pós-graduação brasileiros entre os anos de 1998 e 2007 e publicadas no Portal de Periódicos da CAPES, levou-a a constatação de que há a prevalência de alguns temas de pesquisa sobre livros didáticos de História, como: etnias/pluralidade, análise de conteúdo, linguagens, cidadania, usos do livro didático pelo professor, gênero e História do ensino de História, entre outros. Para a autora, é de se comemorar a diversidade de temas das pesquisas empreendidas, a superação das visões reducionistas e também o nível das análises, no entanto ela aponta algumas lacunas temáticas que devem ser preenchidas pela comunidade de pesquisadores do livro didático de História, a discutir temas como: livros didáticos regionais, abordagens metodológicas dos livros didáticos de História, peculiaridades da cognição histórica, historiografia do livro didático de História e estudos comparados entre livros nacionais e estrangeiros.

Seguindo a necessidade de pensar temáticas que são lacunares nas pesquisas sobre livros didáticos de História e diante da necessidade de entender a função do livro didático de História no contexto de reformulação da escolarização básica brasileira, com foco no Ensino Médio e com o intuito de contribuir para o diálogo neste campo de pesquisa, tem-se como propósito neste texto dar os primeiros passos que desembocarão numa análise comparada da escrita didática da História no Brasil e em Cuba, observando como os livros didáticos trabalham a construção dos conceitos históricos, que se materializam na organização, articulação e distribuição dos conteúdos conceituais substantivos e meta-históricos, e também quais as expectativas de aprendizagem presentes nos manuais didáticos destinados a orientar os professores.

Este texto sinaliza o propósito de realizar uma análise comparada acerca do papel dos Estados brasileiro e cubano nas políticas públicas de educação que definem os critérios que balizam a escrita didática da disciplina e a prescrição de conteúdos; como também a importância do livro didático na formação identitária dos adolescentes e jovens de países com regimes políticos diferenciados.

É necessário salientar que a motivação para este texto surgiu de nossa prática profissional como docente de uma Escola de Educação Profissional, lecionando a disciplina



História no Ensino Médio Integrado. O cotidiano de trabalho com o livro didático de História e a maneira como os docentes na escola utilizam ou não o livro como suporte pedagógico foi motivo de inquietação constante, sobretudo pela desvalorização por parte de muitos docentes que não alcançam a importância deste que é uma das principais políticas públicas de Educação dos nossos dias.

Se hoje nosso olhar está sendo educado para pensar este produto da indústria cultural como objeto de pesquisa, é porque de algum modo ele já estava em nossos horizontes de reflexão no cotidiano docente, inclusive levando sempre em conta as avaliações estatais na hora da escolha coletiva do livro didático a ser utilizado pela escola. Apesar de seu caráter histórico profissionalizante, as Escolas de Educação Profissional despontam hoje como local importante de diálogo acerca das políticas públicas para o Ensino Médio, o que acaba por dar espaço a discussões no campo das disciplinas escolares e sobretudo do papel das Ciências Humanas numa escola de formação profissional, o que denota as possibilidades de reflexão no campo do Ensino da História neste cotidiano de trabalho.

Este texto dará os passos iniciais a uma contribuição aos debates neste campo de pesquisa e dialogará com os estudos já desenvolvidos por Itamar Freitas (2013), Margarida Maria Dias de Oliveira (2009), Kazumi Munakata (1997), Décio Gatti Jr. (2007), Circe Bittencourt (1993), Flávia Eloisa Caimi (2013), Paulo Knauss (2009) e outros pesquisadores, acerca da análise das políticas públicas de livros didáticos de História do Brasil e de outros países.

A iniciativa de realizar um estudo comparado entre Brasil e Cuba se sustenta na necessidade de observarmos outras experiências educacionais nacionais e preenchermos uma lacuna já apontada anteriormente por Flávia Eloisa Caimi. Segundo Maria Ciavatta Franco (1992), o estudo comparado se faz necessário como estratégia para a partir do direcionamento do olhar para o outro, nos reconhecermos a nós mesmos e a nossa identidade.

Este estudo se justifica nas atuais configurações políticas da América Latina e na crescente aproximação política e econômica do Brasil aos países latino-americanos, em especial Cuba. A redefinição nas relações entre os países em nível mundial, com a ascensão dos BRICS e a tentativa de construção de uma agenda comum para os países latino-americanos, pensada a partir dos interesses dos próprios países podem ser mais bem apreciadas na ocorrência da II Cúpula da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC) ocorrida em janeiro de 2014, na cidade de Havana, capital cubana.

Apesar de a imprensa brasileira ter destacado apenas as inversões brasileiras na construção do Porto de Mariel em Havana, é inegável o protagonismo brasileiro na definição da política econômica da América Latina e Cuba é parceiro primordial por ser um país que historicamente teve destaque comercial quando colônia da Espanha por se situar numa região geograficamente estratégica para o comércio regional, banhada pelo mar do Caribe.

Os excelentes indicadores de Cuba no que tange à Educação² e à Saúde são fonte de distinção quando se compara com os outros países latino-americanos. Sem mencionar que o país tem uma trajetória histórica peculiar ao contexto latino-americano. Fica-nos a indagação de como podem ser analisados qualitativamente esses índices quando se pensa especificamente no ensino da História.

Na comparação de experiências educativas em trajetórias históricas tão peculiares cabe lembrar François Furet em seu livro *Oficina da História*, quando afirma que a História nasce como disciplina escolar no século XIX e nasce para ser e fazer uma História da Nação, se isso é verdade e copiamos no Brasil o currículo escolar secundário francês no século XIX, apesar dos dois países terem experiências políticas distintas e regimes de governo diferentes, é possível constatar se eles são tributários da mesma tradição que conformou a História como disciplina escolar?

Entendemos que o Brasil caminha o século XX numa relação de dependência cultural que legitima a tradição europeia impregnando deste modo os currículos escolares, enquanto Cuba caminha no sentido da emancipação, porque afinal de contas a Revolução Cubana foi iniciada tendo como base os ideais do nacionalismo e só depois se filia as ideias socialistas, fazendo o país estabelecer relações estreitas com a União Soviética.

Nesse sentido não seria de se surpreender se mesmo com regimes de governo tão diferentes, os dois países ainda pensem a História escolar como uma História da Nação, porque afinal de contas revolução e emancipação são utopias criadas pela tradição europeia, da qual tanto brasileiros quanto cubanos são tributários.

Nesse caso, se apesar de tão diversos estes dois países fazem ao final uma História da Nação, tem-se desdobramentos, é claro, para a construção da escrita didática da disciplina,

² Um breve resumo do Sistema Nacional de Educação cubano pode ser encontrado no verbete de María Teresa Machado Durán do dicionário de verbetes do Grupo de Estudos sobre política educacional e trabalho docente da UFMG, que se encontra na página cujo link acessado em 06 de outubro de 2014, segue: <http://www.gestrado.org/?pg=dicionario-verbetes&id=196>



que se apresenta nos conceitos históricos abordados que acabam por estruturar os livros didáticos e são materializados nos conteúdos conceituais substantivos e meta-históricos.

A fundamentação teórica que dá sustentação a este texto está sendo pensada como um caminho a ser descortinado à medida que a pesquisa sobre livros didáticos aponte novas questões e problemáticas. Como se faz necessário um ponto de partida, os diálogos se dão com os teóricos que sustentam a metodologia dos estudos comparados em educação e aos referenciais teóricos da História Comparada.

Pensando especificamente a metodologia dos estudos comparados em Educação, é possível afirmar a partir de Maria Ciavatta (2009) que esta reflexão segue um caminho diverso da tradição dos estudos comparados de Educação na América Latina, tão em voga, sobretudo na segunda metade do século XX. A autora salienta as limitações dos estudos feitos por priorizarem recortes de aspectos qualitativos ou abordagens quantitativas, o que acabou por dar invisibilidade aos processos históricos de desenvolvimento das nações latino-americanas, processos históricos esses que são fundamentais para o entendimento da realidade educacional de cada país.

Seguindo as assertivas de Lilian Esther Olmos e Carlos Alberto Torres (2012) ao abordarem as teorias do estado e a relação com a expansão educacional podemos afirmar que a educação pública de massas foi durante o século XX para a América Latina fator de integração, legitimação de sistemas políticos e modernização dos países, o que nos evidencia a importância de pensar uma História Relacional Brasil/Cuba de modo sincrônico.

Situar o espaço dado a Educação pública e todas as políticas que acompanham a Educação nestes dois países é descortinar projetos de sociedade que parecem ser diametralmente opostos. Nesse sentido, caminhamos com José D'Assunção Barros em seu livro a História Comparada, onde ele incentiva o uso desta modalidade historiográfica como estratégia para pensar um duplo campo de observação, como também educar-se para um olhar constante acerca das semelhanças e diferenças que marcam trajetórias nacionais distintas. Para o autor, a comparação se impõe como um método que possibilita iluminar um objeto a partir da referência a outro objeto, mais conhecido e mais palatável ao pesquisador, fazendo uso sempre das analogias, identificando variações, semelhanças e diferenças.

Entendemos que este estudo comparado poderá trazer inteligibilidade a construção da História enquanto disciplina escolar nestas duas realidades educacionais nacionais distintas.

Ao pensar na centralidade deste trabalho, ela está na análise da escrita didática da História refletindo sobre a construção dos conceitos históricos, materializados nos livros em

conteúdos conceituais substantivos e conteúdos conceituais meta-históricos. Estamos nos apropriando das contribuições teóricas de Peter Lee e Hilary Cooper para ler nossas fontes, associando a nomenclatura cunhada pelos dois autores acerca do que são os conceitos substantivos e os conceitos meta-históricos.

A necessidade de refletir sobre os conceitos históricos³ se ampara no fato de que eles são basilares a história ensinada e uma vez presentes nos livros didáticos, eles traduzem e interpretam o currículo vigente e acabam por materializar tanto a tradição didática escolar, quanto as prescrições e interdições do Estado e da sociedade no tocante ao que deve ser efetivamente ensinado e fomentam a construção identitária de adolescentes e jovens, sendo responsáveis em última instância pela formação da consciência histórica.

Serão apropriadas as assertivas de Itamar Freitas, quando se refere aos usos dos conceitos históricos e que diz:

Não há como tratar de ensino de História sem refletir sobre a natureza dos conceitos, que são resignificados ao longo da vida. Eles são a matéria prima da disciplina, pois medeiam a leitura do mundo (constituindo proposições), auxiliam na aquisição de novos conceitos e viabilizam a nossa comunicação. Os conceitos, grupos conceituais e as proposições (generalizações ou princípios) que eles viabilizam, repito, são matéria prima da História disciplina escolar. Mas que conceitos devemos selecionar? Que tipo de conceitos podem ser trabalhados no ensino de História? Para essas duas questões a resposta é a mesma: depende das finalidades atribuídas à disciplina que, por sua vez, depende do perfil humano que se quer cultivar. A seleção de conceitos em História, assim como a escolha da dimensão humana e dos objetos de pesquisa dos historiadores, é uma atividade claramente política. (FREITAS, 2010:193)

Ao pensar sobre as especificidades dos conceitos acima citados, segundo Hillary Cooper (2012), podemos dizer que os conceitos substantivos são aqueles que tratam diretamente dos eventos, processos, acontecimentos históricos reais. Enquanto os conceitos meta-históricos são aqueles que dizem respeito às discussões da História enquanto Ciência, eles discutem as nuances do ofício do historiador, dialogando sempre com os métodos de pesquisa, tratando de questões como mudança, evidência, análises, fontes históricas, sujeitos históricos, causa, efeito, semelhança, diferença, continuidade, validade, interpretação, processo.

Segundo Peter Lee, a importância de pensar os conceitos meta-históricos reside no fato de que à medida que os estudantes se apropriam do instrumental teórico vivenciado pelos historiadores, eles estarão habilitados a se orientar no tempo, o que é um dos objetivos

³ Utilizaremos a definição de conceitos históricos pensada por Itamar Freitas, que assim nos afirma: “*Conceitos históricos são representações mentais (ideias) que têm a função genérica de identificar, descrever e classificar, em síntese, de dar a conhecer os elementos (artefatos, seres e/ou fenômenos) que constituem a experiência humana*”. (FREITAS, 2010: 94)



fundamentais do aprendizado em História. Tão importante quanto o aprendizado das grandes narrativas pelos estudantes é o aprendizado dos conceitos basilares ao ofício do historiador.

Os conceitos substantivos e meta-históricos materializados na escrita dos livros didáticos serão pensados a partir da necessidade de dar inteligibilidade aos projetos de formação de pessoas em questão, que conforme evidenciou Itamar Freitas é sempre uma atividade política, nesse caso de adolescentes e jovens, que têm por consequência a formação de uma consciência histórica avançada. Partimos da ideia de que os saberes de referência uma vez didatizados têm especificidades que devem orientar a ação dos sujeitos em formação.

Ao se apropriar do aporte teórico citado anteriormente, na análise dos conceitos históricos, sobretudo meta-históricos, caminharemos também dialogando com os conceitos históricos definidos como fundamentais a escrita didática no Brasil para o Ensino Médio, prescritos pelo Estado e que estão explicitados no Edital de Convocação PNLD 2015⁴. É importante seguir na análise dos conceitos históricos dos livros didáticos em comparação com os conceitos prescritos pelo Estado como tentativa de entender até que ponto os livros traduzem as políticas oficiais estatais, sem mencionar o fato de que os conceitos históricos prescritos pelo Estado são definidos em certa medida por um relativo consenso entre os pesquisadores do ensino de História e a área daquilo que é fundamental para ser trabalhado quando da construção dos currículos e da elaboração dos livros didáticos.

Deve-se lembrar que o Brasil em nível médio não prescreve conteúdo de maneira explícita em suas Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio⁵, nem faz essa exigência quando da elaboração dos critérios de avaliação presentes nos editais do Programa Nacional do Livro Didático, ao contrário de Cuba, que além de adotar uma única coleção de livros didáticos para toda a ilha, define de modo muito explícito qual deve ser a orientação a ser seguida pelos professores, inclusive definindo o marxismo como a teoria explicativa que deve subsidiar o trabalho do professor deste nível de ensino e elencando o conceito de revolução como um dos fios condutores de explicação da História do país.

⁴ O Edital de Convocação 01/2013 – CGPLI para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o programa nacional do livro didático PNLD 2015 explicita todos os critérios que devem ser seguidos pelas editoras para a participação no processo de avaliação estatal. O edital pode ser encontrado na internet, cujo link acessado dia 20 de agosto de 2014, segue: <http://www.fn-de.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-editais/item/4032-pnld-2015>

⁵ Apesar das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio promulgadas em 2012 e das Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio promulgadas em 2006 não prescreverem conteúdos na área de História de modo explícito e direto, à medida que as diretrizes de 2012 instituem o ENEM como parte do Sistema de Avaliação da Educação Básica, o ENEM torna-se progressivamente meio de acesso à Educação Superior e ele prescreve conteúdos, podemos inferir que há uma prescrição de conteúdos para os currículos do Ensino Médio de modo indireto.



Neste entremeio utilizamos as contribuições teóricas de Décio Gatti Júnior ao abordar o papel central do Estado brasileiro na definição das políticas de Educação. A leitura das fontes terá como pano de fundo pensar o papel dos Estados brasileiro e cubano na criação e condução das políticas públicas de Educação que acabam por influenciar a prescrição de conteúdos e a escrita didática da disciplina.

Quanto à formação identitária dos adolescentes e dos jovens, este texto dialoga com as contribuições das teorias do currículo, com destaque para os estudos de Tomaz Tadeu da Silva (2005). De acordo com ele, a identidade e a diferença são produções simbólicas e linguísticas mediadas por relações de poder que possuem condicionantes de classe, raça, etnia, gênero etc. Nada mais promissor do que pensar as possibilidades de construção identitária dos adolescentes e jovens a partir da escrita didática da História.

A metodologia que será utilizada nesta pesquisa se valerá dos seguintes procedimentos: levantamento bibliográfico e análise das perspectivas teóricas que lançam luz sobre a escrita didática da História, das políticas públicas de Educação para o Livro Didático e também das possibilidades da Educação e da História Comparada; pesquisa documental de todas as coleções de livros didáticos de História do ensino médio brasileiro aprovadas no PNLD 2015 e os livros didáticos de História da escola pré-universitária⁶ cubana vigentes no ano de 2015; levantamento de toda a legislação que ampara o processo de avaliação, produção, circulação e consumo de livros didáticos nos dois países e da legislação que diz respeito ao nível de ensino em questão; construção de um banco de dados com os conceitos históricos encontrados nos livros didáticos, de modo a observar quais conceitos históricos são mais frequentes. Este banco de dados será construído e analisado com base no programa Microsoft Access 2007; e a elaboração de um estudo comparado entre a escrita didática da História nos livros didáticos brasileiros e cubanos.

A pesquisa bibliográfica tem como objetivo realizar um aprofundamento teórico das perspectivas que orientam os estudos sobre a escrita didática da História, com foco para os trabalhos que se norteiam pela discussão acerca da importância dos conceitos históricos como elementos fundamentais na aprendizagem da História, pois além de terem historicidade os conceitos históricos materializados nos livros didáticos em conteúdos conceituais meta-históricos e substantivos dialogam diretamente com os projetos de formação de pessoas em

⁶ A Escola Pré-universitária cubana seria o equivalente a nossa Escola de Ensino Médio no Brasil. A proposta curricular cubana está explicitada no portal <http://www.cubaeduca.cu/> que contém a organização da educação cubana, a organização curricular e as diretrizes de cada disciplina que compõem os currículos das várias modalidades de ensino, entre muitas outras informações.



questão. Como este estudo também se propõe a pensar no papel do Estado como condutor das políticas públicas de Educação para o livro didático, será necessário inventariar a produção teórica sobre livro didático no Brasil e em Cuba. Por fim, será fundamental aprofundar a leitura acerca dos teóricos que se dedicam ao campo dos estudos comparados em Educação, como também aos que se dedicam a construção de uma História Comparada que deverá ser escrita a partir da análise de duas realidades nacionais distintas.

A pesquisa documental deverá ser feita a partir da solicitação aos órgãos competentes das coleções de livros didáticos a serem utilizadas na pesquisa. No caso brasileiro, solicitaremos ao FNDE as dezenove coleções de História aprovadas no PNLD 2015 e que constam no Guia de Livros Didáticos⁷. No caso cubano, solicitaremos ao Ministério da Educação de Cuba os livros didáticos que serão adotados pelas escolas pré-universitárias no ano letivo de 2015, lembrando que pelo caráter centralizado da Educação neste país, são utilizados os mesmos livros didáticos para cada série da escola pré-universitária em todas as escolas das províncias da ilha.

A construção e análise do banco de dados serão feitas com auxílio do programa Microsoft Access 2007 e possibilitará trabalhar diretamente com a materialidade das fontes de pesquisa que são os livros didáticos de História de nível médio. O banco de dados será feito a partir do trabalho com proposições históricas que se apresentam no texto na forma de títulos e subtítulos de capítulos, ideias mais recorrente no texto, frases ou conceitos que aparecem em negrito, itálico, ou sublinhado. Uma vez identificadas tais proposições, elas serão tabuladas de modo a percebermos quais conceitos e categorias são mais presentes e como eles se articulam na construção de uma escrita didática da disciplina em questão.

O tratamento dos dados obtidos e materializados no banco de dados permitirá a elaboração de um estudo comparado entre a escrita didática da História nos livros brasileiros e cubanos de modo a evidenciar variações, analogias, semelhanças e diferenças. Uma História Comparada entre estas duas realidades nacionais será feita de modo que a experiência de um país dará inteligibilidade ao entendimento do outro e nisso resulta a riqueza das realizações dos estudos comparados tanto no campo da Educação, quanto no campo da História, com a chamada iluminação recíproca (Cf. BARROS, 2014).

O objetivo principal deste trabalho está em realizar uma análise comparada da construção dos conceitos históricos a partir da escrita didática da História nos livros didáticos

⁷ O Guia de Livros Didáticos PNLD 2015 Ensino Médio para a área de História pode ser encontrado na página acessada dia 08 de outubro de 2014, cujo link segue: <http://www.fnnde.gov.br/programas/livro-didatico/guias-do-pnld/item/5940-guia-pnld-2015>



de História da escola média pública brasileira e da escola pré-universitária cubana. Os objetivos secundários consistem em identificar e analisar a distribuição e articulação de conteúdos conceituais substantivos e meta-históricos nos livros didáticos de História materializados nas proposições históricas; conhecer quais são as expectativas de aprendizagem presentes nos manuais didáticos destinados a orientar os professores; investigar o papel do Estado na construção das políticas públicas de educação que definem os critérios que balizam a escrita didática da disciplina e a prescrição de conteúdos; compreender a importância do livro didático na formação identitária dos adolescentes e jovens de países com regimes políticos diferenciados; e por fim ampliar o campo de pesquisa sobre livros didáticos de História no Brasil.

Estas notas preliminares são nossos primeiros passos e iluminarão o caminho a seguir.

BIBLIOGRAFIA:

BARROS, José D'Assunção. **História Comparada**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BEZERRA, Holien Gonçalves. **Ensino de História: conteúdos e conceitos básicos**. In: KARNAL, Leandro (Org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. 1º ed. São Paulo: Contexto, 2003.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade de São Paulo, 1993.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Resolução nº 2, de 30 de Janeiro de 2012. Câmara de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, 2012.

BRASIL. **Orientações curriculares para o ensino médio**; volume 3; Ciências humanas e suas tecnologias/ Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

CAIMI, Flávia Eloisa. **O que sabemos (e o que não sabemos) sobre o livro didático de história: estado do conhecimento, tendências e perspectivas**. In: GALZERANI, Maria Carolina Bovério; BUENO, João Batista Gonçalves; PINTO JÚNIOR, Arnaldo (Org.). *Paisagens da Pesquisa Contemporânea sobre o Livro Didático de História*. Jundiaí: Paco Editorial; Campinas: Centro de Memória/UNICAMP, 2013.

CIAVATTA, Maria. **Estudos comparados: sua epistemologia e sua historicidade**. In: *Revista Trabalho, Educação, Saúde*. Rio de Janeiro, v. 7, suplemento, p. 129-151, 2009.



ClAVATTA FRANCO, Maria. **Estudos comparados em educação na América Latina: uma discussão teórico-metodológica a partir da questão do outro.** In: ClAVATTA FRANCO, Maria. (Org.). Estudos comparados e educação na América Latina. São Paulo: Cortez, 1992.

COOPER, Hilary. **Didáctica de la historia en la educación infantil y primaria.** 2º ed. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte; Morata, 2002. [A primeira edição inglesa é de 1995].

COOPER, Hilary. **Aprendendo e ensinando sobre o passado a crianças de três a oito anos.** Educar, Curitiba, Especial, p. 171-190, 2006.

COOPER, Hilary. **Ensino de História na educação infantil e anos iniciais: um guia para professores.** Traduzido por Rita de Cássia K. Jankowski et ali. Curitiba: Base Editorial, 2012.

COWEN, Robert. **A história e a criação da educação comparada.** In: COWEN, Robert; KAZAMIAS, Andreas M.; ULTERHALTER, Elaine (Org.). Educação Comparada: panorama internacional e perspectivas. Volume I. Brasília: UNESCO, CAPES, 2012.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História e ensino de História.** 2º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FREITAS, Itamar. **O tempo presente nos programas do colégio na França: fins, conteúdos substantivos e formas de progressão (1998-2008).** Boletim Tempo Presente (UFRJ), v. 1, p. 1, 2014.

FREITAS, Itamar; SEMEAO, Jane D. ; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de . **O Contemporâneo e o Tempo Presente nos Currículos Escolares de História nos EUA e no Brasil (2002 2012).** Cadernos do Tempo Presente, v. 11, p. 1, 2013.

FREITAS, Itamar. **Reformas educacionais e os currículos nacionais para o ensino de história no Brasil republicano (1931/2009).** Cadernos de História da Educação (UFU. Impresso), v. 12, p. 187-203, 2013.

FREITAS, Itamar; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **Historiografia didática e prescrições estatais sobre conteúdos históricos em nível nacional (1931-2012).** Territórios e Fronteiras (Online), v. 6, p. 6-18, 2013.

FREITAS, ITAMAR. **Usos da história na formação de pessoas: as experiências do Marquês de Condorcet (1743-1794) e de Immanuel Kant (1724-1804).** Revista Brasileira de História da Educação, v. 13, p. 117-146, 2013.

FREITAS, Itamar; SEMEAO, Jane D. **Tempo presente nos currículos escolares de história no Brasil para os anos iniciais do ensino fundamental (2007-2012).** Boletim Tempo Presente (UFRJ), v. 6, p. 1, 2012.

FREITAS, Itamar. **Fundamentos teórico-metodológicos para o ensino de História (Anos iniciais).** 1º Ed. São Cristóvão: Editora da UFS, 2010.



FREITAS, Itamar. **A "vulgata histórica" ou o que todo "indivíduo de certa cultura" deveria conhecer sobre o mundo no início do século XX.** Revista Brasileira de História da Educação, v. 20, p. 41-72, 2009.

FREITAS, Itamar (Org.). **História regional para a escolarização básica no Brasil: o livro didático em questão (2006/2009).** 1º Ed. São Cristóvão: Editora da UFS, 2009.

FURET, François. **A Oficina da História.** Lisboa: Gradiva, s.d.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. **Livros Didáticos: cenários de pesquisa e práticas de ensino no Brasil.** In: GALZERANI, Maria Carolina Bovério; BUENO, João Batista Gonçalves; PINTO JÚNIOR, Arnaldo (Org.). Paisagens da Pesquisa Contemporânea sobre o Livro Didático de História. Jundiaí: Paco Editorial; Campinas: Centro de Memória/UNICAMP, 2013.

GATTI JÚNIOR, Décio. **Estado, Currículo e Livro Didático de História no Brasil (1988-2007).** In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira (Org.). O livro didático de História: políticas educacionais, pesquisas e ensino. Natal: EDUFRN, 2007.

KAZAMIAS, Andreas M. **Homens esquecidos, temas esquecidos: os temas histórico-filosófico-culturais e liberais humanistas em educação comparada.** In: COWEN, Robert; KAZAMIAS, Andreas M.; ULTERHALTER, Elaine (Org.). Educação Comparada: panorama internacional e perspectivas. Volume I. Brasília: UNESCO, CAPES, 2012.

KNAUSS, Paulo. **Por onde anda a história na atualidade da escola: ensino médio, livros didáticos e ensino de história.** In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; GONTIJO, Rebeca. A escrita da história escolar: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

LEE, Peter. **Caminhar para trás em direção ao amanhã: a consciência histórica e o entender a história.** Disponível em: www.cshc.ubs.ca/viewabstract.php. Acessado em 21 de novembro de 2005.

MATTHEOU, Dimitris. **O paradigma científico na educação comparada.** In: COWEN, Robert; KAZAMIAS, Andreas M.; ULTERHALTER, Elaine (Org.). Educação Comparada: panorama internacional e perspectivas. Volume I. Brasília: UNESCO, CAPES, 2012.

MITTER, Wolfgang. **Educação Comparada na Europa.** In: COWEN, Robert; KAZAMIAS, Andreas M.; ULTERHALTER, Elaine (Org.). Educação Comparada: panorama internacional e perspectivas. Volume I. Brasília: UNESCO, CAPES, 2012.

MONTEIRO, Ana Maria. **Livros didáticos para o ensino médio e as orientações oficiais: processos de recontextualização e didatização.** In: GALZERANI, Maria Carolina Bovério; BUENO, João Batista Gonçalves; PINTO JÚNIOR, Arnaldo (Org.). Paisagens da Pesquisa Contemporânea sobre o Livro Didático de História. Jundiaí: Paco Editorial; Campinas: Centro de Memória/UNICAMP, 2013.



MUNAKATA, Kazumi. **Produzindo livros didáticos e paradidáticos**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História e Filosofia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; FREITAS, Itamar. **Currículos de História e expectativas de aprendizagem para os anos finais do ensino fundamental no Brasil (2007-2012)**. Revista História Hoje, v. 1, p. 1, 2012.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; FREITAS, Itamar. **Desafios da formação inicial para a docência em história**. Revista História Hoje, v. 1, p. 131-147, 2013.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **Livros Didáticos de História: pesquisa, ensino e novas utilizações deste objeto cultural**. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; OLIVEIRA, Almir Félix Batista de (Org.). Livros Didáticos de História: escolhas e utilizações. Natal: EDUFRN, 2009.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **Parâmetros Curriculares Nacionais: suas ideias sobre História**. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira (Org.). O livro didático de História: políticas educacionais, pesquisas e ensino. Natal: EDUFRN, 2007.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **O direito ao passado: uma discussão necessária à formação do profissional de História**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

OLMOS, Liliana Esther; TORRES, Carlos Alberto. **Teorias do Estado, expansão educacional, desenvolvimento e globalizações: abordagens marxistas e crítica**. In: COWEN, Robert; KAZAMIAS, Andreas M.; ULTERHALTER, Elaine (Org.). Educação Comparada: panorama internacional e perspectivas. Volume I. Brasília: UNESCO, CAPES, 2012.

PENDÁS, Horacio Díaz. **Objetivos y contenidos de la enseñanza de la Historia: Primaria, Secundaria Básica, Nivel Medio Superior**. Havana: Editorial Pueblo y Educación, 2007.

PINTO, José Marcelino de Rezende. **O ensino médio**. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Theresa (Org.). Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. 2º Ed. São Paulo: Xamã, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2º Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SOUZA, Kleber Luiz Gavião Machado de. **Conteúdos conceituais nas coleções de História para o Ensino Médio: o que muda e o que permanece com a intervenção do programa nacional do livro didático (1997-2005)**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2011.



XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

LUGARES DOS HISTORIADORES: VELHOS E NOVOS DESAFIOS

27 A 31 DE JULHO DE 2015

FLORIANÓPOLIS - SC